

R.A. 250.475/2022

NOVA S.R.M. ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS E FINANÇAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
COM RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

ÍNDICE

Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas	13

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da

NOVA S.R.M. ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS E FINANÇAS S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A. (Companhia), que compreendem o balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

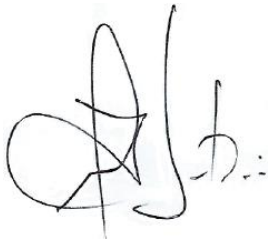
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de junho de 2022.



LCC AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP029650/O-4

Marcello Lopes dos Santos
CRC N° 1SP188429/O-2

Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	21	13	Empréstimos a pagar - curto prazo	11	4.139	892
Títulos e valores mobiliários	5	26.378	26.365	Fornecedores	12	562	1.324
Contas a receber	6	964	598	Obrigações trabalhistas	13	1.088	1.837
Impostos a compensar	7	584	210	Obrigações tributárias	14	1.501	1.911
Outros ativos	8	960	400	Partes relacionadas a pagar	15	6.246	6.098
		28.907	27.586	Outros passivos		35	25
						13.571	12.087
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	21	383	128	Empréstimos a pagar - longo prazo	11	12.761	16.608
Investimentos	9	2.151	4.457	Provisão para contingências	21	7.677	4.021
Imobilizado	10.1	2.301	3.490			20.438	20.629
Intangível	10.2	1.076	1.225	Patrimônio líquido			
		5.911	9.300	Capital social	16.1	6.766	6.766
				Reserva legal	16.2	-	-
				Reserva de lucro	16.3	-	-
				Prejuízos acumulados		(5.925)	(2.564)
				Ajustes de conversão	9	(32)	(32)
						809	4.170
Total do ativo		34.818	36.886	Total do passivo e patrimônio líquido		34.818	36.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A.

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita líquida da prestação de serviços	17	9.890	17.633
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(13.367)	(8.344)
Despesas com pessoal	13	(7.967)	(11.280)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(2.306)	(1.813)
Despesas tributárias	19	(81)	(208)
Outras receitas (despesas) líquidas		<u>(76)</u>	<u>(3.452)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		(13.907)	(7.464)
Resultado financeiro	20	<u>12.767</u>	<u>5.857</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.140)	(1.607)
Imposto de renda e contribuição social	22	(2.221)	(1.209)
Prejuízo do exercício		<u>(3.361)</u>	<u>(2.816)</u>

Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	<u>(3.361)</u>	<u>(2.816)</u>
Outros resultados abrangentes	-	(16)
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(3.361)</u></u>	<u><u>(2.832)</u></u>

Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Reserva legal	Reserva de lucro	Ajuste acumulado de conversão	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.500	4.266	-	11	241	(16)	7.002
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.1	4.266	(4.266)	-	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão	9	-	-	-	-	-	(16)	(16)
Prejuízo do exercício		-	-	(2.564)	(11)	(241)	-	(2.816)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		6.766	-	(2.564)	-	-	(32)	4.170
Ajuste acumulado de conversão	9	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(3.361)	-	-	-	(3.361)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		6.766	-	(5.925)	-	-	(32)	809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(3.361)	(2.816)
Ajustes para conciliação do Prejuízo do exercício			
Depreciação e amortização	17	1.323	1.426
Imposto de renda e contribuição social		2.221	-
Baixas de ativo imobilizado	10		68
Resultado de equivalência patrimonial	9	2.306	1.813
Provisão para contingências	20	3.656	3.411
		6.145	3.902
Variação em ativos e passivos operacionais			
(Aumento) de títulos e valores mobiliários		(13)	(26.365)
(Redução) de contas a receber		(366)	782
(Redução) de impostos a recuperar		(374)	440
Aumento / (redução) de outros ativos		(815)	216
(Aumento) / redução de empréstimos a pagar		(600)	17.500
Aumento / (redução) de fornecedores		(762)	(79)
Aumento / (redução) de obrigações trabalhistas		(749)	(1.623)
Aumento de obrigações tributárias		(2.209)	482
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(422)	-
Aumento de outros passivos		10	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(155)	(4.745)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	10	15	(37)
Investimento em controladas	9	-	246
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		15	209
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Créditos com partes relacionadas		148	4.352
Aumento de capital	15.1	-	-

Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	148	4.352
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>8</u>	<u>(184)</u>
No início do exercício	13	197
No final do exercício	21	13
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	<u>8</u>	<u>(184)</u>

1. Contexto operacional

A Nova S.R.M. Administradora de Recursos e Finanças S.A. ("Companhia"), localizada em São Paulo, na Alameda Cleveland, nº 509 iniciou suas atividades no ano de 2010, sendo constituída através de ativos e passivos adquiridos pela cisão da S.R.M. Administração de Recursos e Finanças Ltda. A Companhia opera com a administração de recursos e assessorias inerentes as carteiras de fundos de investimentos, cuja a gestão é efetuada pela Companhia de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

A atividade da Companhia consiste, principalmente na prestação de serviços de análise e aprovação de crédito em geral, incluindo a cessão de direitos de crédito, a alienação de ativos pela própria sociedade ou por terceiros, a cobrança de direitos de crédito de titularidade da sociedade ou de terceiros e o desenvolvimento de qualquer atividade acessória ou de alguma forma relacionada aos serviços acima indicados; A administração de carteiras de títulos, valores mobiliários, fundos de investimentos ou outros ativos, próprios ou de terceiros, de pessoas físicas ou jurídicas, no Brasil ou no exterior, diretamente ou por delegação a outros administradores, a prestação de serviços correlatos, inclusive consultoria nas áreas de planejamento financeiro, investimentos em geral e atividades complementares, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à participação, em caráter permanente ou temporário, no capital e nos lucros de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia ou quotista, ou titular de debêntures.

Pandemia COVID-19

A Administração segue acompanhando atentamente os impactos do Covid-19 no mercado e em suas operações. Em continuidade às ações implementadas desde o início da Pandemia a Administração segue monitorando de forma diligente os possíveis reflexos operacionais e financeiros nos negócios, sempre focando na continuidade da Companhia e na preservação de seus colaboradores e parceiros.

Neste sentido, a Companhia esclarece que até o momento não sofreu impacto adverso material na continuidade dos negócios como resultado da pandemia COVID-19, bem como das estimativas contábeis feitas, seja no âmbito da recuperação de ativos, seja na medição do valor justo, contingências de ativos e passivos, reconhecimento de receitas e provisões para perdas esperadas.

Neste sentido, a Administração tem conseguido equilibrar por meio das melhores práticas o gerenciamento de sua saúde financeira e patrimonial.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de junho de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de Reais, exceto aqueles indicados de outra forma, representando a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Não foi utilizada nenhuma estimativa e julgamento que afetam as políticas contábeis da Sociedade.

2.5. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financeiro significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado a valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado a VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis

à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao VJORA – instrumento de dívida, ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos valores mobiliários são classificados na categoria a valor justo pelo resultado.

Contas a receber e outros créditos são classificados na categoria de custo amortizado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: (i) substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou (ii) a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Contas a pagar e títulos a pagar são classificados na categoria passivos financeiros ao custo amortizado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, quando e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge.

2.6. Ajuste a valor presente.

A administração analisa suas contas de ativos e passivos de curto e longo prazo, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, considerando a relevância dos saldos e transações, para identificação e mensuração de possíveis ajustes a valor presente. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não efetuou nenhum ajuste a valor presente.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Caixas e equivalentes de caixa

Os saldos incluem depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e não estão sujeitas a um risco significativo de mudança de valor. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos.

3.2. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela comercialização no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, deduzidas da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (quando aplicável). A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.3. Investimento

O investimento na sociedade controlada SRM Sociedad Administradora de Fondos de Inversión S.A. (SRM Peru) é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional.

Razão social	País	Negócio	Participação	
			2021	2020
SRM Sociedad Administradora de Fondos de Inversión S.A.	Peru	Administradora de Fondos	43,70%	43,70%

3.4. Imobilizado

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, combinado com a dedução da sua depreciação, que foi calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 10.1.

3.5. Redução do valor recuperável dos ativos (não financeiros)

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos internamente ao final de cada exercício para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.6. Intangível

O intangível é avaliado pelo custo de aquisição, combinado com a dedução da sua amortização, que foi calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 10.2.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

3.8. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante e não circulante, atendendo ao prazo estabelecido para classificação.

3.9. Provisões para contingências

As provisões para as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.10. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.11. Apuração do resultado

As receitas e despesas das atividades fim são reconhecidas com observância do regime de competência, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

3.12. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3.13. Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem principalmente descontos obtidos e ganho de variação cambial de títulos em moeda estrangeira. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados via o regime do Lucro Real onde o imposto de renda é calculado pelas alíquotas regulares de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o resultado fiscal excedente à R\$ 240, e de 9% para a contribuição social.

3.15. Adoção de novos pronunciamentos e normas contábeis (CPC e IASB)

Em 2021 não houve implantação de novas normas com impactos materiais para a Companhia. Adicionalmente não se espera impactos significativos no período de adoção inicial de novas normas, alterações e interpretações às normas existentes que ainda não são efetivas e não foram

*Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)*

adotadas antecipadamente pela Companhia, portanto, não estão sendo efetuadas divulgações adicionais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está assim representado:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco conta movimento	21	13
Total	<u>21</u>	<u>13</u>

5. Títulos e valores mobiliários

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>			<u>2020</u>
	<u>Custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
Certificado de depósitos bancários	23	23	-	5.052
Cotas de fundo de investimento multimercado	8.535	8.535	Não há	7.407
Cotas de fundo de investimento renda fixa	17.820	17.820	Não há	13.906
Total	<u>26.378</u>	<u>26.378</u>		<u>26.365</u>

- (i) Refere-se aos valores aplicados em: (a) SRM EXODUS 5 FIC FIM DE CREDITO PRIVADO – administrado pela Singulare corretora de títulos e valores mobiliários S.A o fundo é de característica multimercado e possui como alcance obter rendimentos através de investimentos em FIDC's e congêneres e demais ativos.
- (ii) Refere-se aos valores aplicados em: (a) FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS SRM administrado pela Singulare corretora de títulos e valores mobiliários S.A e gerido pela Nova S.R.M administração de recursos e finanças S/A.

6. Contas a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Taxas De Gestão - Fundos De Investimento	811	598
Rebate a receber	153	-
Total	<u>964</u>	<u>598</u>

O saldo de contas a receber da Companhia, refere-se ao faturamento do mês de dezembro de 2021, o qual foi integralmente recebido no mês de janeiro de 2022.

7. Impostos a compensar

O saldo de impostos a recuperar em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está assim constituído:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo negativo de IRPJ	584	188
Outros impostos a compensar	-	22
Total	<u>584</u>	<u>210</u>

8. Outros ativos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Adiantamento de férias	103	98
Adiantamento a fornecedores (i)	718	109
Outros ativos	15	33
Despesas antecipadas (ii)	116	114
Bloqueio judicial	8	46
Total	<u>960</u>	<u>400</u>

- i. Os adiantamentos a fornecedores, efetuados, são destinados a prestação de serviços de tecnologia e serviços gerais.
- ii. As despesas antecipadas, são representadas por pagamentos antecipados de benefícios concedidos aos empregados, despesas comerciais e seguros.

9. Investimentos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Investimento em controladas	2.151	4.457
	<u>2.151</u>	<u>4.457</u>

Controlada	Patrimônio líquido		Percentual de participação na sociedade		Investimento	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
S.R.M. Peru	4.922	10.199	43,70%	43,70%	2.151	4.457

A movimentação no investimento, deu-se da seguinte forma:

Em 2020:

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2019 - (não auditado)	6.516
(-) Perda	(230)
(-) Equivalência patrimonial	(1.813)
(-) Ajuste de conversão	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.457

Em 2021:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.457
(+) Aportes	-
(-) Equivalência patrimonial	(2.306)
(+) Ajuste de conversão	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.151

10. Imobilizado e intangível

10.1. Imobilizado

O imobilizado da Companhia, é representado pelo quadro abaixo, considerando inclusive as seguintes movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Taxa de depreciação	Saldo líquido em 31/12/2020	Aquisições/ baixas	Depreciação do exercício	Saldo líquido em 31/12/2021
Imobilizado					
Móveis e utensílios	10%	167	-	(35)	132
Máquinas e equipamentos	10%	214	-	(50)	164
Computadores e periféricos	20%	2.458	(5)	(901)	1.552
Benfeitoria em imóveis terceiros	20%	598	(10)	(161)	427
Instalações	10%	53	-	(27)	26
Saldo Imobilizado		3.490	(15)	(1.174)	2.301

Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2019</u>	<u>Aquisições/ baixas</u>	<u>Depreciação do exercício</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2020</u>
Imobilizado					
Móveis e utensílios	10%	215	(3)	(45)	167
Máquinas e equipamentos	10%	267	-	(53)	214
Computadores e periféricos	20%	3.479	(56)	(965)	2.458
Benfeitoria em imóveis terceiros	20%	771	(9)	(164)	598
Instalações	10%	102	-	(49)	53
Saldo Imobilizado		4.834	(68)	(1.276)	3.490

10.2. Intangível

O intangível da Companhia, é representado pelo quadro abaixo, considerando inclusive as seguintes movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<u>Taxa de amortização</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2020</u>	<u>Aquisições/ baixas</u>	<u>Depreciação do exercício</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2021</u>
Intangível					
Software	20%	1.225	-	(149)	1.076
Total		1.225	-	(149)	1.076

	<u>Taxa de amortização</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2019</u>	<u>Aquisições/ baixas</u>	<u>Depreciação do exercício</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2020</u>
Intangível					
Software	20%	1.338	35	(149)	1.225
Total		1.338	35	(149)	1.225

11. Empréstimos

	<u>Banco</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros %</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Empréstimos a pagar – Daycoval – (i)	Daycoval	CCB - Cédula de crédito bancária	10,22% a.a	01/10/2025	9.661	10.000
Empréstimos a pagar – Safra – (ii)	Safra	CCB - Cédula de crédito bancária	9,90% a.a	26/09/2025	7.239	7.500
					16.900	17.500
Circulante					4.139	892
Não Circulante					12.761	16.608

- i. Empréstimo realizado junto ao Banco Daycoval S.A, com prazo de 60 (sessenta) meses.
- ii. Empréstimo realizado junto ao Banco Safra S.A, com prazo de quitação de 60 (sessenta) meses.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)*

12. Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores nacionais	562	1.324
Total	<u>562</u>	<u>1.324</u>

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

13. Obrigações trabalhistas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Encargos sociais	404	1.008
Provisões e encargos	576	829
Outras obrigações trabalhistas	108	-
Total	<u>1.088</u>	<u>1.837</u>

As despesas com pessoal, são representadas por verbas trabalhistas, provisões de férias e 13º salário, encargos trabalhistas e benefícios concedidos aos empregados.

14. Obrigações tributárias

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imposto de renda e contribuição social	1.266	1.465
Pis e Cofins	199	407
ISS	29	12
Outras impostos e contribuições	7	27
Total	<u>1.501</u>	<u>1.911</u>

15. Partes relacionadas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Partes relacionadas (passivo)	6.246	6.098
Total	<u>6.246</u>	<u>6.098</u>

Referem-se à mútuos financeiros junto a partes relacionadas, devidamente formalizado por contrato, sem a incidência de juros e com prazo de recebimento até o final do exercício de 2022.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 6.766, dividido em 6.766.000 (seis milhões e setecentos e sessenta e seis mil) ações, de valor nominal de R\$ 1,00 (R\$ 6.766 em 2020 – dividido em 6.766.000 ((seis milhões e setecentos e sessenta e seis mil). Capital este totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, distribuído no formato a seguir:

Sócio	Quotas	Valor	Percentual de participação
Salim Raphael Mansur	3.383.000	3.383	50%
Marcos Raphael Mansur	3.383.000	3.383	50%
Total	6.766.000	6.766	100%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi utilizado o saldo de adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 4.266 para aumento do capital social, de forma proporcional à participação de cada sócio, na Companhia.

16.2. Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, essa reserva, que não poderá exceder 20% do capital social, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A reserva legal poderá deixar de ser constituída quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76, exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2021, não houve constituição de reserva legal uma vez que a Companhia encerrou o exercício com prejuízo.

16.3. Reserva de lucro

Em 31 de dezembro de 2021, não houve constituição de reserva de lucro, uma vez que a Companhia encerrou o exercício com prejuízo.

17. Receita líquida da prestação de serviços

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Taxa de gestão e administração de carteira	11.588	19.753
Consultoria	-	120
	<u>11.588</u>	<u>19.873</u>
ISS	(231)	(401)
PIS	(256)	(328)
COFINS	(1.181)	(1.511)
	<u>(1.668)</u>	<u>(2.240)</u>
Total	<u>9.890</u>	<u>17.633</u>

A receita de serviços prestados está representada por serviços de gestão de carteiras de fundos de investimentos diversos, bem como receitas de consultoria financeira.

18. Despesas gerais e administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas comerciais (i)	(118)	(1.560)
Instalações	(828)	-
Honorários advocatícios	(1.072)	(566)
Depreciação e amortização	(1.323)	(1.426)
Serviços técnicos profissionais (ii)	(9.285)	(4.422)
Outras despesas administrativas	(741)	(370)
Total	<u>(13.367)</u>	<u>(8.344)</u>

- i. As despesas comerciais correspondem as despesas referentes à manutenção da estrutura comercial e despesas de marketing.
- ii. Os serviços técnicos profissionais são principalmente os serviços de consultoria administrativa e financeira, infraestrutura de TI, licenciamentos e desenvolvimento de sistemas, serviços de consultas de crédito.

19. Despesas tributárias

As despesas tributárias são formadas por recolhimento de tributos junto aos municípios onde estão localizados as filiais e impostos e contribuições apurados junto à Receita Federal do Brasil.

Os tributos municipais representam R\$ 41 (R\$ 69 em 2020), enquanto os tributos federais, R\$ 40 (R\$ 139 em 2020).

20. Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Variação monetária e cambial	11	22
Juros ativos (i)	15.396	7.034
Descontos obtidos	40	117
	<u>15.447</u>	<u>7.173</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(11)	(7)
Juros passivos	(1.938)	(693)
Variação monetária e cambial passiva	-	(1)
Tributos sobre receita financeira	(731)	(336)
Outras perdas financeiras	-	(279)
	<u>(2.680)</u>	<u>(1.316)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>12.767</u>	<u>5.857</u>

- i. Os juros ativos representam os rendimentos obtidos com aplicações em fundos de investimento e certificados de depósitos bancários.

21. Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível.

Risco trabalhista

A Companhia é polo passivo em processos de natureza trabalhista, onde os reclamantes pleiteiam o pagamento de verbas trabalhistas variadas, acompanhadas dos encargos sobre os montantes. Em 31 de dezembro de 2021, o total das contingências prováveis de perda, era de R\$ 6.465 (R\$ 3.053 em 2020). Adicionalmente, todos os casos estão sendo acompanhados pelos nossos assessores jurídicos da Companhia.

Risco tributário

A Companhia é polo passivo em processos de natureza tributária, onde pleiteia o reconhecimento de Impostos Retidos na Fonte sobre seu faturamento. Em 31 de dezembro de 2021 o total das contingências prováveis de perda, era de R\$ 1.160 (R\$ 1.160 em 2020). Adicionalmente, todos os casos estão sendo acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia.

Depósitos judiciais

A Companhia mantém registrado o montante de R\$ 383 (R\$ 128 em 2020), a título de depósitos judiciais, relacionados aos processos judiciais em curso, baseados na avaliação de seus assessores jurídicos.

22. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.140)	(1.607)
Ajustes para demonstração da alíquota efetiva		
Adições/ (exclusões) temporárias e permanentes	<u>7.805</u>	<u>5.807</u>
Resultado fiscal	6.665	4.200
Crédito prejuízo fiscal - IRPJ	-	617
Crédito prejuízo fiscal - CSLL	-	456
Imposto de renda - 15% com adicional de 10%	1.642	872
Contribuição social - 9%	600	337
Deduções por incentivos fiscais	<u>(21)</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.221</u>	<u>2.282</u>

23. Instrumentos financeiros e gerenciamentos de risco

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades e empréstimos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco que não tenham finalidade de proteção.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

23.1. Considerações sobre o risco

a) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir caixa suficiente para cobrir seus compromissos financeiros, por causa do descompasso do prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos estimados (representado principalmente por empréstimos e financiamentos e fornecedores a pagar). Para administrar a liquidez de caixa, futuros pressupostos de desembolsos e de recebimentos são estabelecidos, os quais são monitorados diariamente pela tesouraria.

23.2. Valorização dos instrumentos financeiros

a) Caixa e equivalentes de caixa

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

b) Empréstimos obtidos às partes relacionadas e instituições financeiras

O valor não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

24. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

25. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

* * * * *

Salim Raphael Mansur
Administrador
CPF nº: 139.474.568-08

José Luiz Gonzaga
Contador
CRC nº: 1SP132.371/O-5